

Indícios corriqueiros da vida de jovens e crianças na cidade de São Paulo (1870-1912)

Eliane Mimesse Prado*

mimesse.e@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa resgatou alguns indícios do cotidiano de algumas das crianças brasileiras, filhas de estrangeiros e estrangeiras, que viveram na região central da cidade de São Paulo, durante os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX. O objetivo deste estudo é o de identificar e reconstituir o dia a dia de algumas dessas crianças, filhas dos moradores da região central da cidade de São Paulo, que podem ter frequentado as várias escolas públicas, primárias e privadas elementares, existentes nessa região da cidade. O espaço geográfico deste estudo foi limitado a alguns bairros que circundavam a área central, por agregarem maior número da população imigrante e operária, com seus respectivos filhos. As fontes utilizadas para esta pesquisa foram alguns dos volumes dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo; artigos de periódicos que circulavam na cidade; documentos variados, como ofícios e requerimentos da Instrução Pública. Essas fontes estão alocadas no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Ainda foram utilizadas fontes bibliográficas, como Matos (2002), por abordar o cotidiano, a cultura e a história na cidade paulistana e suas relações com a mão de obra imigrante; Kishimoto (1988), por discorrer sobre as escolas maternais, asilos e jardins de infância; Moura (2000), por focar as agruras do dia a dia dos pequenos trabalhadores na cidade recém-industrializada; entre outros autores. Conclui-se que as dificuldades e os obstáculos pelos quais as crianças e jovens viveram no seu cotidiano, não foram em vão, contribuíram a seu modo com a constituição da cidade paulista.

Palavras-chave

Vivências; Infâncias; História da Educação

Clues about the daily routine of youngsters and children in the city of São Paulo (1870-1912)

Abstract

The present research has retrieved some clues about the daily routine of Brazilian children - daughters and sons of foreigners - who lived in the central part of the city of São Paulo during the final years of the nineteenth century. The study aims at identifying and recreating the day-to-day of some of these children, daughters and sons of residents of the central part of the city of São Paulo, who might have attended the several primary public schools and elementary private schools there were in this region of the town. The geographical area of the study was restricted to some neighborhoods that surrounded the central area, since they gathered the largest number of immigrants and workers, along with their children. The sources used in this research were some volumes of the Education Yearbooks of the State of São Paulo; articles from newspapers issued in the town; and various documents, such as letters and requests from the Public Instruction. These sources are found in the collection of the Public Archive of the State of São Paulo. Other bibliographic sources have also been used, such as Matos (2002), for approaching the daily life, the culture and the history of the city of São Paulo and its relationship with the immigrant workforce; Kishimoto (1988), for writing about nursery schools (or nurseries), day cares (or crèches) and kindergartens; Moura (2000), for focusing on the hardship of the small workers' daily routine in the newly industrialized city; among other authors. It was concluded that the difficulties and impediments children and youngsters came across in their daily lives have not been in vain, since they contributed to the formation of the city of São Paulo.

Keywords

Life Experiences; Childhoods; History of Education

Introdução

Esta narrativa parte das muitas nuances que foram identificadas de modo esparso nos documentos e periódicos da passagem do século XIX ao século XX. O cotidiano, que será descrito, possivelmente fez parte da vida de muitas das crianças que viveram na cidade de São Paulo nesses anos. Como foram utilizados indícios contidos nos documentos, não se pode afirmar que essas crianças realmente participaram de todos os eventos, mas grande parte delas conviveram com essas situações.

As crianças que viviam nessa cidade eram brasileiras, filhas de estrangeiros e algumas, ainda, eram estrangeiras. A população da cidade paulistana, nesses anos, era em grande parte composta por estrangeiros e

seus descendentes. Conforme os dados de Cruz (2013), nos anos de transição entre os séculos XIX e XX, a população local era composta por 55% de imigrantes, 11% de negros e de mulatos. A cidade recebeu imigrantes das mais variadas etnias: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, austríacos, poloneses, suecos, franceses, sírios, entre muitos outros, provindos dos países os mais diversos. Dentre os moradores locais, conviviam alguns poucos imigrantes já instalados, famílias que já estavam fixadas na cidade. Mas, com a imigração em massa, a partir do segundo quartel do século XIX, as ruas da cidade pacata transformaram-se em agitada metrópole.

Neste momento de transição e crescimento populacional, coexistia um quadro diferenciado: a) a chegada de imigrantes espontâneos de várias etnias, desem-

barcados no porto de Santos e direcionados para a Capital do Estado em busca de melhores condições de vida; b) grupos de imigrantes, normalmente de uma mesma etnia, que estavam alocados nas fazendas de café no interior do Estado e que não se adaptaram ao trabalho na lavoura e mudaram-se para a Capital, em busca de outra atividade remunerada nas novas fábricas que eram inauguradas; c) ainda existiam alguns grupos de imigrantes que chegavam e eram direcionados ao interior do Estado – para as fazendas de café ou aos núcleos coloniais, porque alguns deles continuavam a assinar contratos com o governo para tornarem-se colonos¹. Portanto, nesses anos a cidade passou por mudanças urbanas e econômicas.

Foi neste momento que São Paulo conheceu um crescimento populacional sem precedentes em sua história. Com cerca de 30 mil habitantes em 1870, passaria a abrigar uma população de 286 mil habitantes em 1907. Esta verdadeira explosão demográfica foi devidamente acompanhada pelo crescimento industrial: a partir da última década do século XIX, a cada ano, multiplicou-se o número de novos estabelecimentos. [...] Porém, o mesmo não se pode afirmar das condições sociais e habitacionais da cidade, que não compartilhavam desse 'progresso': estima-se que a terça parte das habitações existentes era composta de cortiços que, abrigando grande quantidade de pessoas por unidade, pode ter sido o tipo de moradia predominante na cidade. (SANTOS, 2000, p. 212)

O grande aumento da população, em função da chegada de imigrantes e da mão de obra do interior que

se deslocava para a Capital, criou a necessidade de construção ou de aluguel de novas moradias. Fato que gerou a exploração nos valores dos aluguéis dos quartos em cortiços, mesmo quando os proprietários eram da mesma etnia dos locatários, conforme Fausto (1986). Ocorreu uma expansão momentânea nos imóveis populares nos bairros centrais, nas localidades mais próximas das baixadas e das áreas alagadiças. Os cortiços agruparam imigrantes de diferentes etnias, mas, em alguns bairros, foi possível a união de grupos de indivíduos procedentes de uma mesma região². E essa situação populacional causou a necessidade na ampliação do número de vagas nas escolas. Fato que, apesar de constatado pelas autoridades, não foi sanado muito facilmente, ou rapidamente, pelo governo paulista, em função da escassez nas verbas públicas.

A crescente urbanização e a ascensão de São Paulo à posição de metrópole regional – consolidando-se como ponto de trânsito dos produtos de exportação e importação, como grande mercado do complexo cafeeiro e dinâmico centro econômico e político, nas últimas décadas do século XIX – provocaram transformações sociais em curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, num quadro onde interagiram a desintegração da Abolição, a grande imigração e o êxodo rural. (MATOS, 2002, p. 43)

Nesses anos, as fábricas que foram criadas iam absorvendo essa mão de obra, atraindo parte desta população em trânsito, que tinha como companhia seus

¹Todos os imigrantes que desembarcavam no porto de Santos deveriam seguir de trem pela estrada de ferro São Paulo Railway Company ou popularmente conhecida como Santos-Jundiá – por ligar as duas cidades, até a cidade de São Paulo. As pessoas eram desembarcadas na estação de trens existente em frente a *Hospedaria dos Imigrantes*, no bairro do Brás, ao lado do rio Tamandateí, a estação de trens foi criada para facilitar o acesso dos passageiros. Lá os imigrantes ficavam hospedados por quarenta dias para depois seguirem viagem para seus destinos, as fazendas de café ou os núcleos coloniais. Os indivíduos que não tinham destino certo poderiam permanecer alguns dias até encontrarem um trabalho. As colônias para imigrantes no estado de São Paulo existiram entre os anos de 1820 e 1933.

²Ainda nota-se essa agregação, ocorrida no início da imigração nos dias de hoje, quando são comemoradas as festas dos santos católicos, nos bairros centrais da cidade de São Paulo aonde as antigas igrejas das comunidades italianas foram construídas. As festas reúnem milhares de pessoas e fazem parte do calendário cultural da cidade, são: Nossa Senhora Casaluce e São Vito Mártir no bairro do Brás, Nossa Senhora Achiropita na Bela Vista ou Bixiga e San Gennaro na Mooca.

filhos e agregados. Deve-se ainda levar em conta a superprodução da safra paulista de café, que ocorreu entre os anos de 1906 e 1907. Essa produção, além do necessária, contribuiu para que a população do interior se deslocasse para a cidade, porque a plantação de novos cafezais foi inviabilizada, dispensando-se um contingente amplo de trabalhadores. Entre os anos de 1900 e 1915, expandiu-se consideravelmente o número de cotonifícios, moinhos de farinha de trigo, fábricas de chapéus, calçados, marcenarias e cerâmicas, como foi descrito por Pereira (2010).

De modo que, os adultos tinham seus locais para trabalharem e passarem o dia. Onde estariam as crianças durante esse período? Bem, parte delas poderia estar nas escolas primárias públicas, que ainda seguiam o horário diurno, somente com um turno, das 8h às 13h, ou conforme as necessidades locais das 11h às 16h. Mas, essas escolas nem sempre tinham vagas para todos os candidatos, segundo dados de Mimesse (2010). Coexistiam várias modalidades de escolas primárias na cidade, na tentativa de sanar a falta de vagas, alfabetizar e instruir o maior número possível de alunos. Sendo assim, tínhamos as escolas primárias públicas, as privadas elementares subsidiadas pelo governo italiano, primárias particulares laicas e confessionais. Predominavam, na área central da cidade, as primárias públicas, principalmente com a criação de Grupos Escolares e as subsidiadas italianas.

O espaço geográfico desta pesquisa foi limitado a alguns bairros que circundavam – e ainda circundam – a área central da Capital, que compreende os locais mais próximos da atual Praça da Sé. Exatamente por ser este o espaço no qual as fábricas estavam se instalando, e por conseguinte, os trabalhadores também preferiam se fixar. Nessa área, é o local onde existe o Mercado

Central da cidade, o rio Tamanduateí ao lado do mesmo mercado, nas proximidades da linha férrea. Essa ferrovia é a Santos-Jundiaí, a mesma que transportava tudo o que era importado e exportado do Estado pelo porto de Santos, a que trazia os recém-chegados para a *Hospedaria dos Imigrantes* na cidade de São Paulo. Consequentemente, esse também foi o local em que os armazéns para estocar mercadorias foram construídos, acompanhando o traçado da linha férrea. Locais que necessitavam de mão de obra para o carregamento e descarregamento de mercadorias, que deveriam ser carregadas dos armazéns para os trens e vice-versa. Como a cidade foi crescendo, é necessária essa delimitação para também ser possível ao leitor a localização da concentração dos estrangeiros e dos seus espaços de trabalho, sempre próximos à estrada de ferro, ao mercado, ao rio, aos armazéns e às fábricas, que também estavam fixadas na mesma região, no entorno da área central. Além dos baixos preços das moradias.

De um lado do centro velho da Capital, para além do vale do Anhangabaú, formaram-se os bairros residenciais finos, e de outro lado, nas baixadas úmidas e pantanosas próximas às várzeas do Rio Tamanduateí e ao pé da colina central, constituíram-se os primeiros bairros operários. Por essas áreas, passavam as estradas de ferro para permitir o deslocamento dos produtos. Os baixos preços dos terrenos atraíram fábricas e outros empreendimentos industriais ao longo das décadas de 1880 e 1890. Os cortiços consistiam na única alternativa de moradia proletária por sua localização próxima do serviço, geralmente em áreas sujeitas a alagamentos, onde os preços dos aluguéis eram mais baixos. (PEREIRA, 2010, p.135)

Os bairros abordados neste texto são Brás, Bom Retiro, Bela Vista³, Pari, Cambuci, Ipiranga, Mooca e Vila Prudente, todos com predomínio de imigrantes.

³Este bairro ficou conhecido popularmente como Bixiga.

Esses foram os locais de criação de várias escolas privadas elementares subsidiadas e, também, de escolas públicas primárias, mantidas pelo governo paulista. As escolas primárias paulistas eram apresentadas em modalidades diferentes, quais sejam: escolas isoladas masculinas, femininas e mistas; escolas reunidas e grupos escolares.

As escolas subsidiadas pelo governo italiano eram elementares, seguiam um modelo muito similar às escolas isoladas paulistas. Apenas o governo italiano, no período estudado, subsidiava um número razoável de escolas elementares para seus emigrados que estivessem vivendo em outros países. Apesar dessas escolas apresentarem grande semelhança com as escolas isoladas públicas estaduais. Eram as duas - isoladas públicas e privadas subsidiadas – multiseriadas, separadas por sexos, ensinavam os rudimentos da leitura, escrita e aritmética. Além de contribuir com a construção e consequente fortalecimento da identidade e, do nacionalismo italiano ao emigrado recém-saído de um país há pouco tempo unificado e, ainda, sem uma identidade nacional instituída.⁴

O governo brasileiro acreditava, desde a proclamação da República, que a criança era ‘a chave para o futuro’, neste sentido era iminente a construção de uma nação que visasse a locais aos quais as crianças pudessem ser saudáveis, abrigadas e educadas. O investimento na criança era uma possibilidade de libertação do país do atraso, e comentando os dizeres de José Lopes da Silva Trovão, senador da República:

[...] a importância do investimento na infância, tendo em mira o futuro do Brasil não era um fato isolado. Convicto de

seus ideais republicanos, Trovão representava um determinado segmento da sociedade brasileira que alimentava preocupação genuína com o futuro da nação – nação que naquele momento tinha a chance de ser construída. (RIZZINI, 2011, p. 106)

As fontes utilizadas neste estudo propiciaram a descoberta de novas luzes à História e agregaram valor a narrativa. Considerando que “deve-se sempre lembrar a importância na releitura e revisão de documentos conhecidos e que podem ser entendidos sob outros aspectos”, como foi escrito por Prado (2015a, p. 317). Portanto, a (re)leitura atenta dos volumes dos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, publicados pela Inspectoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo foram de grande valia, por trazerem dados acerca dos professores, dos alunos e das escolas existentes na cidade.

As crianças e jovens acompanhavam o desenvolvimento da cidade e participavam de seu cotidiano. O abandono e a orfandade desses sujeitos, tanto quanto as ações praticadas por eles consideradas como criminosas, também faziam parte deste contexto. Como foi citado por Moura (1999, p.89) “[...] abandono e criminalidade infanto-juvenil inserem-se no contexto de crescimento da cidade de São Paulo. Adquirindo projeção sobretudo a partir da década de 1890.”

A livre circulação das crianças na região central da cidade

As crianças que viviam nas moradias da cidade acabaram por tornar o espaço público como privado. As brincadeiras se expandiram às ruas, e quando existia companhia para as brincadeiras, os espaços se alarga-

⁴Foram criadas por cidadãos italianos na cidade de São Paulo quase uma centena de escolas subsidiadas pelo governo nos anos estudados. Qualquer italiano que tivesse “notório saber” poderia abrir uma escola e receber subsídio governamental em espécie, além de livros e alguns outros materiais para o ensino. As escolas italianas subsidiadas eram compostas por uma sala. Quando tinham muitos alunos eram divididas por sexo, neste caso, tinham duas salas: masculina e feminina. Normalmente, o proprietário era o diretor e professor do sexo masculino e, sua esposa professora do sexo feminino.

ram, como pôde ser constatado em estudo de Mimesse (2013) sobre uma colônia na região metropolitana da cidade de São Paulo. São várias as imagens fotográficas da cidade paulistana em que se pode constatar pequenos grupos de crianças reunidas em um dos cantos, como se o fotógrafo, naquele momento, tentasse retirá-las de sua lente, já que ele objetivava resgatar a moderna urbanização do centro antigo da ‘resplandecente’ cidade. As práticas do brincar precisaram de tempo para adaptarem-se ao novo formato da cidade moderna e movimentada, o espaço público das brincadeiras não poderia mais ser dividido com os pedestres e os bondes. O espaço geográfico dos cortiços não era suficiente para as brincadeiras das crianças. Um bom exemplo para essa situação é a notícia de um atropelamento descrita no periódico “Correio Paulistano” de dezembro de 1908, quando uma menina de 8 anos foi atropelada por um entregador de bebidas: “esse moço conduzia por aquella rua uma ‘aranha’ da fábrica de cerveja Germania e não tendo reparado na menor que brincava em frente à casa de seus paes, a atropelou com o vehiculo, deixando-a ferida e em grave perigo de vida”. Abaixo segue uma imagem de meninos engraxates entretidos em uma atividade, que certamente não envolve o trabalho de seu cotidiano. As brincadeiras também se expandiam aos espaços do trabalho.



Meninos engraxates fazendo uma pausa no trabalho, São Paulo, 1910.

Fonte: Instituto Moreira Sales

Muitas dessas crianças trabalhavam no centro, desta cidade e, por esse motivo, sentiam-se familiarizadas com o espaço de circulação. Viviam, trabalhavam, brincavam, frequentavam a escola. As crianças e jovens que trabalhavam exerciam as funções de engraxates, entregadores de mercadorias, auxiliares de carroceiros e de jornaleiros – essa última deve ser mais explicada, porque era uma ocupação muito comum: jornaleiro era a função do vendedor ambulante do jornal impresso. Mas essas crianças e jovens, também iam à escola, porque nem sempre o trabalho e as idas à escola eram incompatíveis com o trabalho.

É necessário, neste ponto, explicitar quais eram as infâncias que conviviam na cidade, as tipologias dessas ‘infâncias’ concomitantes da cidade paulistana nos anos finais do século XIX foram descritas de modos diferenciados, de acordo com os bens, as profissões dos provedores das famílias, ou as procedências das mesmas.

As infâncias foram muitas: as das crianças de famílias ricas, filhas de fazendeiros; as das crianças filhas de funcionários, profissionais liberais, comerciantes das cidades; as crianças filhas de imigrantes, operários ou trabalhadores rurais; as das crianças filhas de famílias negras recém saídas da escravidão; as das crianças filhas de pequenos produtores rurais; os caipiras, caboclos, sitiantes, etc. (DEMARTINI, 2001, p. 124)

Portanto, como o foco deste estudo são apenas os bairros operários, as crianças filhas de famílias ricas e de profissionais liberais, que tinham outro acesso as escolas e ao espaço público, não serão analisadas. Apesar de os bairros deste segmento social estarem bem próximos da área central, como o bairro de Santa Cecília, Higienópolis e Campos Eliseos. Eram vizinhos dos bairros operários, separados por acidentes geográficos como o Rio Tamandateí, ou obras públicas, como grandes avenidas ou a estrada de ferro.

Desde os anos do Império, existiam discussões sobre a necessidade de se efetivarem reformas voltadas a essa população jovem. Com a proclamação da República essa entonação tornou-se mais eficiente e focada. O discurso do saneamento e da instrução caminhavam unidos. O problema social que perpassava a população mais carente imigrante atingia-os pela extrema falta de higiene e, conseqüente inexistência de saneamento básico, de modo a colaborar com a disseminação de epidemias e outras doenças. O ponto que mais afligia a ordem estabelecida da cidade, em processo de urbanização, era o perigo da contaminação da cidade, a partir dessa população. As enchentes nas várzeas dos rios propiciavam o contágio de doenças, fato que contribuía para as críticas aos moradores dessa região. Os cortiços, que eram as moradias típicas e acessíveis aos imigrantes, eram as mais inadequadas possíveis.

A escolarização dos filhos dos imigrantes seria uma saída à mudança de postura na ação desta população e, nos seus futuros hábitos de higiene, além de instruí-los na Língua Portuguesa. Mas, até que essas ações ocorressem era necessário que o governo, ao menos, disponibilizasse vagas suficientes nas escolas públicas para o contingente de alunos que as almejava. Conforme descreveu Schueler (1999, p. 64) “[...] a ênfase na instrução e na educação popular, viabilizadas pela construção de escolas públicas e colégios, e pelo desenvolvimento da escolarização, acompanhavam outros planos de intervenção dos poderes públicos na vida da população e nos espaços das cidades.” O Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo escreveu em relatório sobre a necessidade de se ampliar o número de escolas na cidade, tendo em vista o grande aumento na população em idade escolar nos anos iniciais do novo século.

O problema do ensino primario em São Paulo, reside na deficiencia de escolas publicas para comportar a população em idade escolar.

Ao governo faltam os recursos pecuniários para aumentar o numero de estabelecimentos de ensino, apesar da verba avultada que sob a rubrica – Instrução Publica – absorve quantia não pequena da receita do Estado. (SÃO PAULO, 1908, p. 315)

Existiam várias modalidades de escolas públicas, as Isoladas eram de três tipos: femininas, masculinas e mistas, continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; reunidas, uniam algumas escolas isoladas com salas únicas e multisseriadas em um mesmo espaço físico, todas independentes entre si e os Grupos Escolares que eram organizados segundo a idade e o nível de aprendizagem dos alunos. Nas escolas isoladas e nas reunidas, o curso primário tinha a duração de três anos; nos Grupos Escolares, o curso primário, com configuração diferenciada, apresentava a duração de quatro anos, existiam salas separadas por sexo e por anos, os conteúdos eram segmentados segundo os anos de aprendizagem, cada professor regia uma sala, ainda contava com funcionários e um diretor escolar. Conforme os dados estatísticos do Anuario do Ensino do Estado de São Paulo (1907, p. 26), existiam na cidade de São Paulo “17 Grupos Escolares com matrículas de 7.111 alunos”. As escolas isoladas somente na cidade no ano de 1906 totalizaram 129, sendo 43 masculinas, 52 femininas e 34 mistas, essas escolas somavam 4.332 alunos matriculados. Tem-se, dessa forma, uma população escolar com mais de 11 mil alunos matriculados somente na cidade de São Paulo. Os dados referentes especificamente aos bairros operários, focados neste estudo, apresentavam seis grupos escolares: 1º Grupo Escolar do Brás; 2º Grupo Escolar do Brás; 3º Grupo Escolar do Brás; Grupo Escolar da Bela Vista; Grupo Escolar do Cambuci;

Grupo Escolar do Pari. Esses grupos escolares apresentavam o total de matrículas entre brasileiros e estrangeiros de 2.766 alunos. Os estrangeiros matriculados perfaziam um total de 5% destes alunos.

Mesmo com o incentivo na criação de escolas pelo governo italiano, que tinha a prática de criar escolas elementares e subsidiá-las, ainda existiam crianças da colônia italiana que não conseguiam vagas nessas escolas. E, também, não conseguiam vagas nas escolas primárias públicas. Essa situação justificaria o crescente número de escolas subsidiadas pelo governo italiano na cidade paulistana, que de acordo com os mapas estatísticos constantes no *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo* do ano de 1908, contabilizaram 77 escolas dessa modalidade nos bairros operários, sendo que chegaram a agregar a matrícula de 5 mil alunos.

Mas, segundo um dos relatórios dos inspetores de ensino que constava no *Anuario do Ensino*, essas escolas elementares estrangeiras acabavam por suprir a deficiência do Estado com a falta de vagas, além de contribuírem para a redução dos gastos estaduais. Na verdade, o governo italiano estava, de certo modo, contribuindo com as dificuldades financeiras do município paulista, quando criava escolas e alfabetizava as crianças, apenas seria necessário ensinar-lhes a Língua Portuguesa, a História e a Geografia do Brasil.

Considerando apenas as escolas italianas da Capital, temos um efectivo de quase 5.000 crianças matriculadas.

Si o governo tivesse de fornecer ensino gratuito a todos esses alunos, deveria crear mais de cem escolas, que acarretariam para o Estado uma despesa anual superior a trezentos contos.

Ora, desde que o ensino nestes estabelecimentos seja convenientemente regularizado, eles podem prestar bons e reaes serviços, e não é natural que taes serviços fiquem sem uma compensação, visto que proporcionam ao Estado uma economia tão avultada. (SÃO PAULO, 1907, p. 45)

Existia apenas um detalhe que causava furor nos debates entre os inspetores escolares e a diretoria de ensino, a aprendizagem da Língua Portuguesa. Essas escolas elementares seguiam o programa de ensino italiano e ministravam aulas visando à difusão da cultura e do idioma de seu país. Apesar da obrigatoriedade no ensino da Língua Portuguesa, não existiam maneiras, nem pessoal suficiente para efetivar um controle massivo sobre os conteúdos que eram ensinados, de acordo com Prado (2015b). Os protestos dos inspetores escolares paulistas eram contraditórios, porque criticavam a falta de profissionais brasileiros para a inspeção nas escolas estrangeiras italianas subsidiadas na Capital, mas também concordavam que o Estado não tinha como oferecer vagas para todas as crianças em idade escolar que existiam na cidade naquele momento.

Os relatórios dos inspetores escolares contidos nos *Anuarios do Ensino do Estado de São Paulo* apresentavam esse e outros impasses. Um exemplo a ser ressaltado é o que ocorria com o ensino da Língua Portuguesa nas escolas estrangeiras italianas. Existia a obrigatoriedade legal no ensino da Língua Portuguesa, mas o número de professores habilitados não era suficiente para todas as cadeiras vagas na cidade. As escolas subsidiadas italianas, para não burlar a legislação em vigor, contratavam professores naturalizados brasileiros para lecionar Língua Portuguesa, normalmente todos de origem italiana.⁵

⁵Quanto a questão da naturalização dos professores de Língua Portuguesa que lecionavam nas escolas subsidiadas italianas, essa foi uma das soluções encontradas pelas escolas italianas para sanar a falta de professores brasileiros e, evitar, desta forma, burlar a legislação vigente. Mas, na prática a aprendizagem dos alunos era prejudicada pela formação acadêmica do professor, que na verdade, era italiano com curso feito no país de origem e somente havia obtido a naturalização brasileira, não tendo os conhecimentos necessários para o ensino de nossa língua pátria.

Outras iniciativas privadas de escolas elementares foram criadas nesta mesma época na cidade. Sabe-se sobre uma escola noturna para meninos jornalheiros – esses, que, logo ao amanhecer, estavam prontos para levarem os jornais para as ruas e vendê-los; assim que vendiam todos os exemplares, tinham o restante do dia livre, poderiam frequentar as escolas noturnas. Uma delas funcionava nas dependências do Mosteiro de São Bento, próxima ao Mercado central, era uma escola primária e alfabetizava meninos, jovens trabalhadores, principalmente os ítalo-brasileiros, mas também sentavam em seus bancos alunos afrodescendentes e brasileiros. Essa escola foi descrita por Demartini (2001).

A legislação vigente previa a localização de escolas noturnas em centros operários e seus prédios, de preferência, deveriam ser cedidos pelas municipalidades. Mas, como dificilmente esse tipo de doação ocorria rapidamente, porque tinha trâmites demorados, as fábricas cediam espaços para a sala de aula, que era considerada como escola isolada masculina noturna. No ano de 1909, a Lei n. 1.184 determinou a criação de escolas noturnas para crianças e jovens operários. Das 50 escolas criadas apenas 8 foram providas, pois apenas essas se adequavam às normas legais. Ainda conforme a Lei, as escolas noturnas seriam criadas quando existisse um número de 30 alunos interessados na sua instalação, poderiam frequentá-las homens maiores de 14 anos e funcionariam das 18h30 às 21h, todas as noites. A frequência média de alunos não poderia ser inferior a 25, com um total de 50 alunos matriculados por sala, tendo a necessidade de apenas professores do sexo masculino assumirem essas respectivas escolas.

É interessante ressaltar neste momento que o público exclusivo das escolas noturnas era o sexo masculino. Somente os meninos acima de 14 anos eram considerados como adultos e, assim, poderiam frequentar escolas noturnas com professores do sexo masculino

lecionando para eles. As mulheres “jovens operárias” permaneceriam em suas casas sem frequentarem as escolas noturnas ainda durante muitos anos.

Mas, simultaneamente, existiam as crianças que ainda não tinham idade para frequentarem as escolas primárias. Os menores de 7 anos, com idades entre 5 e 7 anos, que, muitas vezes, frequentavam as escolas isoladas em companhia dos irmãos mais velhos. As escolas elementares ou primárias aceitavam alunos a partir dos 7 anos, existiam alguns com idade inferior, mas eram raros os casos, como descrito em pesquisa de Mimesse (2010), que analisou várias listas de chamada de escolas primárias isoladas, mas também Demartini (2001) revelou dados similares.

Segundo o Regulamento da Instrução Pública do Estado de São Paulo, datado do ano de 1869, era vetada a matrícula “aos menores de cinco anos de idade”, dando margem para que os alunos com 5 anos em diante pudessem efetivar suas matrículas e assim frequentarem a escola. Como foi apontado nas pesquisas acima referidas. Neste contexto, em que o trabalho nas fábricas também envolvia a mão de obra feminina, foi necessária a criação de outros ambientes para que essas crianças menores de 7 anos pudessem permanecer.

Algumas das consequências levaram à criação de instituições - em função da livre circulação das crianças nas ruas centrais da cidade, locais como asilos e orfanatos, para abrigarem os muitos pequenos, que não tinham muitas chances de sobrevivência nas ruas, os abandonados de várias idades ou os considerados delinquentes. Foram criados vários asilos, orfanatos e escolas profissionais nos anos finais do século XIX e iniciais do XX na cidade de São Paulo. Muitos a partir de iniciativas privadas, outros com doações de instituições religiosas e de benfeitores, eram principalmente voltados a cuidar dos órfãos desvalidos, com a preocupação

maior de não deixar chegar às ruas as meninas abandonadas, ensinando-lhes um ofício.

A partir de um levantamento efetuado em diversos periódicos do final do século XIX e início do XX, pode-se verificar que existiram vários orfanatos voltados para o público feminino. As damas da sociedade colaboravam com doações para a criação de novas casas e orfanatos para meninas, normalmente casas geridas por irmãs católicas, para reduzir a promiscuidade feminina, evitando que essas meninas se tornassem prostitutas. O temor com a ampliação no número de ‘meninas perdidas’ para a prostituição era muito grande.

Nos educandários para meninos eram ensinados ofícios, quando conseguiam vagas para frequentá-los. Assim, poderiam ser ajudantes de sapateiros, marceneiros, ferreiros, alfaiates, barbeiros, padeiros, entre outras ocupações. Mas, infelizmente, os meninos estavam sempre nas notícias policiais, porque eram presos por vagabundagem, ou por agredirem-se mutuamente, quando envolviam-se em brincadeiras e essas – que deveriam ser inocentes - tornavam-se brigas acirradas e alguém sempre saía ferido. Mesmo quando estavam empregados, ou frequentavam as escolas, no seu tempo vago envolviam-se em brigas com feridos e acabavam na cadeia. Essas ações e o excesso de crianças pelas ruas, desocupadas, incomodava a classe mais abastada; muitas instituições de acolhimento foram criadas em fins do século XIX na cidade de São Paulo.

Os periódicos registravam as reclamações da classe mais abastada com relação ao excesso de meninos nas ruas, tinham preocupação com seu destino e, também com o transtorno que causavam, fazendo algazaras, cometendo pequenos furtos, criando tumultos e correrias pelas vias. Existiam locais para confinar as crianças e jovens, como proteção e como punição. O poder público colaborava como podia com doações de

terrenos, com isenção de impostos, com reduções nas cobranças de taxas, com realizações de loterias, não cobrando as transações imobiliárias. Nos escritos de Fonseca e Narita (2017), pode-se ler a questão crucial que deveria ser focada sobre as doações efetuadas pelo poder público, que, muitas vezes, era direcionadas para as instituições particulares. Essas instituições nem sempre necessitavam dessas doações de modo urgente, as públicas careciam de mais recursos. Muitas vezes os valores recebidos pelas instituições privadas eram desviados para outros fins.

Como descreveu Kishimoto (1988), existiram três tipos de asilos para a infância na cidade de São Paulo nos anos finais do século XIX: os asilos para órfãos; os asilos para os expostos e os asilos para crianças abandonadas ou delinquentes. Neste ponto, um exemplo pode ser a história da criação dos orfanatos católicos da ordem dos Scalabrinianos na cidade de São Paulo. A iniciativa de padre Giuseppe Marchetti surgiu da necessidade iminente em cuidar das crianças órfãs. Quando esse padre veio ao Brasil, presenciou a morte de uma mãe de família, preocupou-se com o rumo que seus filhos pequenos teriam.

O padre, a partir deste momento, passou a angariar doações na Capital e no interior do Estado, para a construção de um orfanato. Conseguiu a doação de terrenos, tijolos e muitos voluntários para ajudarem na construção dos edifícios. O Orfanato Italiano Cristóvão Colombo foi inaugurado no bairro do Ipiranga no ano de 1895, fundado pelo padre Giuseppe Marchetti da congregação dos Scalabrinianos. Esse orfanato contava em seu primeiro ano com mais de cem crianças, segundo descreveu Francesconi (1985). No mesmo ano, ainda de modo improvisado, foi efetuada uma separação entre os sexos masculino e feminino, no mesmo edifício. Seria necessária a existência de dois edifícios para abrigarem as crianças. Logo as tarefas foram redistribuí-

idas e, as irmãs “servas dos órfãos e desamparados no exterior” cuidavam das meninas e dos muito pequenos e, o padre e outros voluntários dos meninos.

Somente no ano de 1904, um novo edifício foi inaugurado especialmente construído para abrigar o Orfanato das meninas, em outro bairro, Vila Prudente de Moraes, próximo ao bairro do Ipiranga, também em terreno amplo doado para a congregação. Essas duas instituições católicas visavam, às crianças pequenas de nacionalidade italiana e brasileiras filhas de pais italianos. Apesar de aceitarem crianças de várias etnias, como foi identificado na documentação consultada.

Pode-se citar ainda outras iniciativas para o amparo das crianças pequenas, neste mesmo período, como o Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, que cuidava das crianças abandonadas até atingirem 7 anos de idade. Mas, quando as crianças completavam a idade estabelecida, eram encaminhadas para outras instituições de ensino, como o Seminário Nossa Senhora da Glória, que recebia apenas meninas. O entrave ocorria porque, nem sempre existiam vagas para todas as candidatas nesse seminário. As crianças que não eram recebidas nesse educandário, por falta de vagas, eram encaminhadas para locais provisórios, onde ficavam até que encontrassem uma ocupação, ou, caso não encontrassem, acabavam indo viver nas ruas.

As meninas que conseguiam vaga e permaneciam no Seminário Nossa Senhora da Glória, quando completavam a idade de quinze anos, poderiam sair do Seminário para trabalharem em casas de família, ou quando já tinham casamento marcado. Existia ainda a possibilidade de permanecerem no Seminário até os dezoito anos e “serem providas no ensino público, como professoras de Primeiras Letras, ou poderiam permanecer no seminário como auxiliares”, segundo Borges (1980, p. 52).

Outra ação em prol das crianças pequenas foi a criação de uma creche-asilo pelo presidente do Estado de São Paulo, dentro da *Hospedaria dos Imigrantes* no ano de 1908.

Essa creche-asilo deveria ficar sob a responsabilidade das senhoras dos presidentes de Estado de São Paulo, as quais cuidariam do regimento interno, da administração, admissão e dispensa de funcionários. A creche recolheria as famílias dos imigrantes que perderam seus chefes ou se viram privados de seu amparo por invalidez no trabalho, ou por abandono, até que, colocados seus membros em idade para trabalhar, pudessem dispensar o asilo, continuando as crianças pequenas a serem recolhidas na creche durante as horas em que os membros das famílias tivessem de trabalhar. (KISHIMITO, 1988, p. 58)

Outras iniciativas ao auxílio das crianças pequenas foram os locais em condições precárias de salubridade que cobravam dos pais pequenas taxas para cuidarem das crianças durante o dia. Segundo relatório de um inspetor escolar:

[...] a péssima instalação da creche, a promiscuidade anti-higienica de trinta crianças, quase todas de menos de cinco anos, as fisionomias, esqueléticas daqueles pequenos mal-alimentados, [...] provocou algumas considerações sobre os benefícios que produziria a instalação de creches nas vizinhanças das fábricas. (SÃO PAULO, 1918, p. 458)

As crianças pequenas que não tinham locais para ficarem durante o dia poderiam, em alguns casos, acompanhar seus pais no trabalho. Outras crianças trabalhavam sem o auxílio de adultos, na venda de produtos pelo centro da cidade. As crianças mais velhas, com idade acima de 5 anos e meio, que não conseguiam se matricular nas escolas passavam o dia em companhia de seus irmãos mais velhos pelas ruas da cidade.

De qualquer forma, a então significativa presença de crianças e de adolescentes de ambos os sexos no espaço público, seja em função da atividade produtiva ou não, já não pode ser omitida ou simplesmente ignorada. Do âmbito das representações para a dinâmica das ruas, a criança e o adolescente que as primeiras décadas republicanas nos colocam diante dos olhos estão no trabalho das fábricas e oficinas, às voltas com a economia informal, vagando simplesmente pelas ruas, engrossando os quadros dos 'amigos do alheio', da prostituição e da criminalidade, encarcerados nas cadeias da Capital por crimes que vão da vadiagem ao homicídio. (MOURA, 1999, p. 94)

Neste mesmo sentido, pode-se citar a criminalidade, que também acompanhava o crescimento da cidade. Mas algumas dessas crianças que desenvolviam algum tipo de tarefa, ou mesmo que frequentavam a escola durante o dia, tornavam-se algozes de pequenos furtos. Convenhamos que nem sempre esses indivíduos estavam empregados, e a necessidade de alimentarem-se era iminente. Como citado por Santos (2000, p. 219): “[...] esses menores transitavam entre atividades lícitas e ilícitas, servindo de mão de obra em pequenos serviços, e na falta desses, entregando-se à prática de pequenos furtos e roubos”. Em decorrência do demasiado número de pequenos ‘gatunos’, foram organizados locais de recolhimento, públicos e privados desses infratores. Os institutos de recolhimento privados de menores eram ligados a ordens religiosas ou a empresários; o governo criou institutos disciplinares voltados para “pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados”, como citou Santos (2000, p. 225)

O Código Penal da República, datado do ano de 1890, classificava a responsabilidade penal em categorias: os de até 9 anos são sempre irresponsáveis; os de 9 a 14 anos podem obrar - ou não, com discernimento; os de 14 a 17 anos, têm o discernimento sempre presumido; e os de 17 a 21 anos requerem penalidades atenuadas.

Inúmeros são os relatos da ação destes meninos e meninas pelas ruas da cidade, em bandos ou sozinhos, compondo o quadro e as estatísticas da criminalidade e da delinquência. [...] Frequente também era a presença de garotas, ora mendigando pelas calçadas ou furtando pequenos estabelecimentos, ora prostituindo-se para obter o difícil sustento. (SANTOS, 2000, p. 218)

Mas, neste ínterim, as crianças trabalhavam para ajudar as respectivas famílias, porque não havia a necessidade da obrigatoriedade da frequência escolar. Existia a matrícula que garantia que esse aluno estava frequentando em algum momento a escola. Mas, analisando a maioria dos dados compilados nos mapas estatísticos da Inspeção do Ensino do Estado de São Paulo, os números de alunos matriculados sempre eram maiores que o de alunos frequentes, exatamente porque a frequência não era obrigatória.

De acordo com o artigo 97 do Regulamento da Instrução Pública do Estado de São Paulo, de 1869, poderiam ser eliminados da matrícula os que “sem causa participada faltarem à escola por tres mezes consecutivos, precedendo comunicação ao pai, tutor ou pessoa que os tenha em seu poder”. Sendo assim, essas crianças poderiam ser matriculadas nas escolas e não manterem a devida assiduidade. Como não existiam vagas suficientes nas escolas públicas ou nas elementares subsidiadas italianas, conseqüentemente, o governo paulista não poderia instituir a obrigatoriedade de frequência no ensino se não oferecia vagas suficientes. Os relatórios dos inspetores escolares, nos anos iniciais do século XX, focavam, em sua grande maioria, dois pontos: a falta de vagas nas escolas primárias e a efetivação da obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa, História e Geografia do Brasil nas escolas elementares estrangeiras italianas. Não tratavam, em nenhum momento, da obrigatoriedade da frequência às aulas.

O trabalho nas fábricas empregava crianças de várias idades diferentes, existiam até máquinas reduzidas para adaptarem-se ao trabalho dos pequenos, conforme citado por Moura (2000). Até o ano de 1910, não existiu uma lei trabalhista, como descreveu Matos (2002), colaborando com a expansão e o abuso deste tipo de mão de obra, as meninas a partir dos 7 ou 8 anos de idade poderiam ser contratadas para os trabalhos domésticos: são vários os relatos dessa autora a esse respeito. Concordando com essas descrições, temos outro texto, que também traz exemplos do trabalho nas fábricas dos pequenos que normalmente acompanhavam seus pais.

Os trabalhadores italianos e seus filhos e netos constituíram, a partir principalmente de 1850 – 1885 até os anos de 1940, a maior parte da força de trabalho urbana nos diversos centros do estado de São Paulo e em particular na Capital. [...] em 1912, 60% dos trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo eram italianos – aos quais é preciso acrescentar muitos dos seus filhos, nascidos brasileiros entre 1888 e 1901, que também eram muitos nos mesmos estabelecimentos. Entrava-se na fábrica já aos 7, 8 anos. (BIONDI, 2010, p. 26)

O trabalho nas fábricas em companhia de seus pais fazia com que os meninos optassem entre a escola e o trabalho; o mesmo ocorria com as meninas, que também acabavam por escolher entre os trabalhos domésticos e a escola. A educação escolar assumia o segundo plano na vida das crianças trabalhadoras, que aprendiam somente os rudimentos da leitura, da escrita e da aritmética; quando conseguiam vagas nas escolas ou poderiam ter ‘o luxo’ de frequentar a escola e não trabalhar para ajudar no sustento na casa.

Considerações finais

Uma das causas que levaram essas crianças e jovens a permanecerem – por mais tempo ou por menos tempo - nas ruas foi a falta de vagas nas escolas públicas primárias de todos os tipos e nas elementares subsidiadas italianas, e nos outros estabelecimentos que pudessem ocupar-se dessas crianças enquanto seus pais estivessem no trabalho. Uma legislação que não instituiu a obrigatoriedade na frequência escolar, também contribuiu para incentivar a perpetuação da prática desta ação.

Em contraponto, o governo italiano incentivou a criação de quase uma centena de escolas elementares subsidiadas na Capital. Pretendendo formar cidadãos italianos em cada colônia que se criasse fora de seu país de origem, para manter o patriotismo e a nacionalidade de um país recém-unificado. Mas essas ações não foram suficientes para que todas as crianças e jovens fossem alfabetizados e ficassem fora das ruas da cidade e, conseqüentemente, não existisse criminalidade nessa faixa etária. Mas contribuiu para a formação do cidadão italiano fora de seu país de origem.

As várias instituições de caridade, criadas para contribuir com a redução da quantidade de crianças nas ruas supriu, a princípio, com sua proposta, mas, ao passar dos anos, as doações foram-se reduzindo, e não conseguiram comportar tamanha demanda, já nos anos iniciais do século XX.

Os meninos foram os mais negligenciados pelas instituições de amparo e educandários, existiram mais vagas – a grosso modo - para meninas pequenas do que para meninos. Em função do temor das classes abastadas e das damas da sociedade da expansão da prostituição feminina na cidade. Sendo assim, as notícias policiais traziam os meninos envolvidos sempre em brigas e na cadeia, estando ou não empregados e frequentando uma das escolas e as meninas muito raramente foram

citadas. Isso demonstrava, pelas fontes pesquisadas, que os meninos estavam circulando mais nos espaços públicos, nas ruas, no trabalho e as meninas estavam mais recolhidas - ao menos - grande parte delas.

O trabalho das crianças e dos jovens era uma necessidade, para garantir a sobrevivência e algumas

ainda ajudarem suas famílias, muitas ações acabavam sendo necessárias à sobrevivência na urbe. As dificuldades e os obstáculos, pelos quais essas crianças viveram, no seu dia a dia, não foram em vão, trabalharam para sua sobrevivência, para ajudar as famílias e assumiram papéis dos adultos, muitas vezes, sem a maturidade necessária.

Referências

- BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico & FRANZINA, Emilio. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 23-48.
- BORGES, Wanda Rosa. *A profissionalização feminina: uma experiência no ensino público*. São Paulo: Loyola, 1980.
- CORREIO PAULISTANO: orgam republicano, p. 3, 27-12-1908.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos (Org.) *Educação da infância brasileira 1875-1983*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, p. 121 – 156.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.
- FONSECA, Sergio Cesar da; NARITA, Felipe Ziotti. A variedade institucional como tema para o estudo da história da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. São Leopoldo, v. 9, n. 18, p. 304 -325, juh. – dez. 2017.
- FRANCESCONI, Mario. *Giovanni Battista Scalabrini vescovo di Piacenza e degli emigrante*. Roma: Città Nuova, 1985.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru/SP: EDUSC, 2002.
- MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. São Paulo: Iglu, 2010.
- _____. (Org.) *Bambini Brasiliani: a infância das crianças italianas e ítalo-brasileiras*. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2013.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 259-288.
- _____. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República velha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 85 - 102, 1999.
- PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- PRADO, Eliane Mimesse. O ensino da Língua Portuguesa nas escolas primárias paulistanas no início do século XX. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 315 – 336, set./dez. 2015a.

_____. O convívio concomitante e frugal das escolas elementares públicas e privadas paulistanas. *Educar em Revista*. Curitiba, v. 58, p. 183 – 198, out./dez. 2015b.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000, p.210 – 230.

SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. A. Siqueira & C.,1907-1918.

_____. *Lei n. 1184 de 1909*. Collecção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo. São Paulo: Typ. Diario Official, 1911.

_____. *Regulamento da Instrução Pública da Província de São Paulo*, de 18 de abril de 1869. In: Colecção das Leis e Posturas Provinciais promulgadas no ano de 1868 e 1869. São Paulo: Typ. do Correio Paulistano, 1869.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, p. 59 - 84, 1999.

Submissão: 02/11/2017

Aceite: 06/05/2018